FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

PLANO VIVA FUTURO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

QUADRO COMPARATIVO

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Conta de Participante – Constituída dos recursos obtidos das Contribuições Básica e Voluntária de Participante, podendo ser descontadas as Taxas de Carregamento, conforme plano de custeio, acrescidas dos retornos dos investimentos.	Conta de Participante – Constituída dos recursos obtidos das Contribuições Básica e Voluntária de Participante, e advindos de Processos de Retirada, os quais decorrem da reserva matemática individual final corresponde ao montante a que cada Participante de Processo de Retirada fez jus em face dos respectivos processos , podendo ser descontadas as Taxas de Carregamento, conforme plano de custeio, acrescidas dos retornos dos investimentos.	Ajuste redacional para fazer constar referência aos valores advindos de processo de retirada, os quais serão alocados na conta de participante.
	Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade: fundo de caráter atuarial e mutualista, constituído na forma prevista na legislação, para a cobertura de sobrevivência da massa de participantes e assistidos originários de Processo de Retirada, cujo plano de origem ofereça benefícios programados ou não programados na forma de renda vitalícia.	Inclusão da definição de Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.
	Participante e Assistido Originário de Processo de Retirada: para fins do disposto neste Regulamento, em especial no seu Capítulo XII, compreende-se como Participante de Processo de Retirada, os participantes e assistidos que ingressarem no Plano em decorrência de Processos de Retirada, na forma da legislação vigente.	Inclusão de definição de Participante e Assistido de Processo de Retirada, a fim de melhor disciplinar tal parcela de participantes.
	Processo de Retirada: os processos de retirada de patrocínio ou de instituidor ou, ainda, rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar, devidamente aprovados pela autoridade	Inclusão de definição de Processo de Retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	governamental competente, seja este total ou parcial, sendo o plano de benefícios objeto do referido processo administrado pela Entidade ou por outra entidade fechada de previdência complementar, na forma da legislação vigente.	
Art. 38. O Benefício de Renda Mensal ou o Benefício de Renda por Invalidez serão calculados com base na Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, dentre as opções adiante descritas: (...)	Art. 38. O Benefício de Renda Mensal ou o Benefício de Renda por Invalidez serão calculados com base na Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, dentre as opções adiante descritas: (...)	
II. Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, com variação em intervalos de 12 (doze) meses, a critério do Participante, sendo o valor do benefício mensal resultante em quantitativo de quotas. (...)	II. Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo mínimo de 36 (trinta e seis) contados da data de concessão do benefício , com variação em intervalos de 12 (doze) meses, a critério do Participante, sendo o valor do benefício mensal resultante em quantitativo de quotas. (...)	Clarificação do dispositivo, uma vez que não constava orientação quanto ao prazo mínimo de recebimento da renda por prazo certo.
§ 2º Após a concessão do benefício, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.	§ 2º Após a concessão do benefício, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido contado da data de concessão do benefício de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.	Clarificação do dispositivo quanto à alteração do prazo de recebimento da renda.
	CAPÍTULO XII – DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS ORIGINÁRIOS DE PROCESSOS DE RETIRADA	Inclusão de capítulo para disciplinar o tratamento de participantes e assistidos advindos de processo de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
		n° 59/2023. A referida inclusão ocasionou a renumeração dos capítulos e artigos seguintes.
	Art. 61. As disposições deste Capítulo são aplicáveis exclusivamente aos Participantes e Assistidos Originários de Processo de Retirada de Patrocínio que ingressarem no Plano em decorrência de Processo de Retirada.	Inclusão de artigo e parágrafos correspondentes para disciplinar o tratamento de participantes e assistidos advindos de processo de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.
	§ 1° Além do disposto na legislação e neste Regulamento, deverão ser observadas as disposições constantes do termo de retirada ou termo de rescisão por iniciativa da entidade, conforme o caso, os quais instruem cada Processo de Retirada.	Inclusão parágrafo para disciplinar o tratamento de participantes e assistidos advindos de processo de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.
	§ 2° Até a data limite para o exercício das opções de que trata o artigo 63 deste Regulamento, todos os benefícios concedidos serão mantidos mediante pagamento sob a forma de antecipação da reserva matemática individual dos respectivos assistidos, na forma do termo de retirada.	Inclusão parágrafo para disciplinar o tratamento de participantes e assistidos advindos de processo de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.
	Art. 62. O recebimento dos Participantes e Assistidos Originários de Processo de Retirada ocorrerá na data efetiva do respectivo processo, não tendo a Entidade qualquer responsabilidade pelos cálculos das reservas matemáticas individuais finais e pagamentos de benefícios ou institutos antes da transferência dos recursos para o Plano, bem como às premissas e aos cálculos do Fundo Previdencial de Proteção à Longevidade.	Inclusão de artigo para disciplinar a responsabilidade da Fundação Viva quanto ao recebimento de participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.
	Art. 63. Aos Participantes e Assistidos Originários de Processo de Retirada que não desejarem permanecer no Plano, serão asseguradas as	Inclusão de artigo e parágrafo correspondente para disciplinar as opções garantidas aos participantes e

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>seguintes opções, as quais deverão ser exercidas em até 120 (cento e vinte) dias contados da data efetiva, devendo a Entidade efetivá-las em, no máximo, 60 (sessenta) dias, na forma da legislação vigente:</p> <p>I - transferência da sua reserva matemática para outro plano de benefícios; II - aquisição de uma renda vitalícia em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de previdência, observadas as disposições legais aplicáveis; III - recebimento da sua reserva matemática individual final, em parcela única; ou IV - combinação das opções previstas nos incisos I a III, sendo que, em relação ao inciso III, o valor do recebimento não pode superar 25% (vinte e cinco por cento) da sua reserva matemática individual final.</p>	<p>assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.</p>
	<p>Parágrafo único. O Participante ou Assistido Originário de Processo de Retirada que exercer uma das opções de que trata este artigo não terá acesso aos eventuais recursos alocados no Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade, na forma da legislação.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar as opções garantidas aos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.</p>
	<p>Art. 64. O Participante ou Assistido Originário de Processo de Retirada que desejar permanecer no Plano, não for localizado, ou permanecer inerte em relação às opções de que trata o artigo 63 continuará inscrito no Plano, sendo a este assegurados todos os direitos e deveres previstos neste Regulamento, passando a ser classificado</p>	<p>Inclusão de artigo e correspondentes parágrafos para disciplinar os direitos dos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC n° 59/2023.</p>

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>como “Participante” ou “Assistido”, na forma disposta no Glossário, sendo aplicados os demais dispositivos do Regulamento, com exceção daqueles que forem conflitantes com as disposições legais aplicáveis ao Processo de Retirada.</p>	
	<p>§ 1º. Os valores das reservas matemáticas individuais finais advindos de Processos de Retirada serão transformados em quotas patrimoniais do Plano e serão alocados na Conta de Participante.</p>	<p>Inclusão parágrafo para melhor disciplinar os direitos dos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§ 2º. O Participante Originário de Processo de Retirada formalizará sua inscrição no Plano conforme disposto no art. 7º deste Regulamento, mediante o fornecimento das informações exigidas pela Entidade, incluindo a indicação de beneficiários e demais dados cadastrais necessários.</p>	<p>Inclusão parágrafo para melhor disciplinar os direitos dos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§ 3º O Participante Originário de Processo de Retirada não estará sujeito a qualquer carência deste Regulamento, seja para a entrada em gozo de benefício ou escolha de instituto legal obrigatório, a não ser os requisitos e condições previstas na legislação aplicável.</p>	<p>Inclusão parágrafo para melhor disciplinar os direitos dos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§ 4º O Participante ou Assistido Originário de Processo de Retirada poderá escolher uma das formas de recebimento de benefícios previstos no artigo 38 deste Regulamento, ou ter o valor do seu benefício apurado conforme o parágrafo 4º do artigo 66 deste Regulamento, com a previsão de recebimento de eventuais valores decorrentes do Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade, enquanto for atestada sua viabilidade.</p>	<p>Inclusão parágrafo para melhor disciplinar os direitos dos participantes e assistidos advindos de processos de retirada, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>Art. 65. Deverão ser controlados e administrados de forma segregada dos demais participantes e assistidos do Plano os seguintes recursos decorrentes de cada Processo de Retirada:</p> <p>I - eventual Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade, quando constituído, na forma prevista na legislação; e</p> <p>II - Fundo Administrativo, formado pelos valores do fundo administrativo do plano objeto do Processo de Retirada, na forma prevista na legislação.</p>	<p>Inclusão de artigo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>Art. 66. Sem prejuízo do disposto no art. 64 deste Regulamento, nos casos em que o plano de benefícios objeto do Processo de Retirada oferecer benefícios programados ou não programados na forma de renda vitalícia, deverá ser constituído Fundo Previdencial de Proteção à Longevidade para a cobertura de sobrevivência, observando-se as disposições a seguir:</p>	<p>Inclusão de artigo e correspondentes parágrafos para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§ 1º O Fundo terá destinação exclusiva aos Participantes e Assistidos Originários de Processo de Retirada, a partir de sua constituição, devendo ser reavaliado anualmente.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§ 2º Caso o Fundo não tenha viabilidade atuarial ou deixe de tê-la a qualquer momento, conforme parecer atuarial específico, os recursos nele alocados serão creditados na Conta de Participante dos Participantes e Assistidos Originários de Processo de Retirada que se mantiveram inscritos no Plano após o prazo previsto na legislação. A apuração dos valores</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>será proporcional à reserva matemática individual de cada um em relação ao total da massa vinculada ao Processo de Retirada que permaneceu no Plano.</p>	
	<p>§3º Verificada a viabilidade atuarial, o Fundo será utilizado exclusivamente após o esgotamento integral do saldo da Conta de Participante, para garantir a continuidade do pagamento de benefício mensal, observadas as disposições deste Regulamento, iniciando-se tal pagamento de forma automática no mês subsequente ao referido esgotamento.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§4º O valor inicial do benefício de cada Participante Originário de Processo de Retirada será apurado na data de ingresso no Plano, com base na expectativa de sobrevida individual, calculada conforme tábua biométrica vigente, e no saldo existente na Conta de Participante, resultando na concessão de uma renda mensal em quantitativo de cotas, atualizada mensalmente pela cota do plano, e paga até o esgotamento da Conta de Participante. Extinto o saldo da Conta de Participante, o benefício passará a ser custeado pelo Fundo, observadas as seguintes regras:</p> <p>I – O valor do benefício mensal corresponderá à renda mensal em quantidade de cotas recebida pelo participante, paga com recursos do Fundo, atualizada mensalmente pela cota do plano;</p> <p>II – O benefício financiado pelo Fundo terá duração vitalícia, condicionado à manutenção da viabilidade atuarial anual;</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>

Plano Viva Futuro de Contribuição Definida

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>III – Caso seja constatada a inviabilidade atuarial do Fundo, os valores remanescentes serão redistribuídos na forma do parágrafo 2º acima, e o pagamento da renda poderá ser encerrado.</p>	
	<p>§5º Não haverá reversão de recursos do Fundo em caso de falecimento do Assistido após o início do recebimento do benefício com base nesse Fundo.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§6º Em caso de falecimento do Participante Ativo, será verificado eventual direito ao Fundo, caso constituído, com os valores sendo alocados à Conta de Participante e pagos aos beneficiários, conforme as disposições deste Regulamento.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>
	<p>§7º Caso o Fundo apresente excesso de recursos em pelo menos 3 (três) exercícios consecutivos, atuarialmente apurado, o montante excedente será creditado na Conta de Participante daqueles que permanecerem inscritos no Plano após o prazo legal, observada a proporção da reserva matemática individual de cada um em relação ao total da massa vinculada ao Processo de Retirada que permaneceu no Plano.</p>	<p>Inclusão de parágrafo para disciplinar o Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade e Fundo Administrativo, em linha com o disposto na Resolução CNPC nº 59/2023.</p>